



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA – GO

Concurso Público

FISCAL DE TRIBUTOS

❖ Ao receber este caderno, **verifique se:**

- A sua opção de **CARGO** está correta.
- Contém **40 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01** a **40**.
- Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

Inscrição

Nome Completo

INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **03 (três) horas** corridas para todos os cargos. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO RESPOSTA** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ O **CARTÃO RESPOSTAS NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o caderno de provas.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova somente poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo fiscal de sala.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o **CARTÃO RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ❖ O gabarito e a prova serão divulgados em 24 horas, no site do IDIB: **www.idib.org.br**.
- ❖ Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01

Cientistas preveem futuro sombrio para Terra

A ideia de um fim, de termo absoluto, do mundo em que vivemos é de tal forma fantástica que, talvez por isso, a tratemos com algum descrédito. É difícil compreender que tudo o que somos, tudo o que fizemos e conseguimos poderá _____¹. Mas é tempo de acordarmos, de nos conscientizarmos, dos homens que governam o mundo se unirem para impedir que o que vemos em ficção se torne realidade.

<http://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/proposta200707.jhtm>.

01. A partir da leitura do texto, podemos afirmar que o “fim do mundo” na visão do autor é:

- A) Mais possível do que a maioria das pessoas acredita.
- B) Algo improvável, e por isso as pessoas acabam não preservando a natureza.
- C) Algo irreversível, já que não nos unimos para impedir que aconteça.
- D) Uma possibilidade que tem feito os governantes mudarem sua postura em relação à natureza.

02. A expressão “o que vemos em ficção,” no final do texto 01, se refere neste texto a:

- A) Filmes e séries que retratam o fim do mundo.
- B) A degradação do meio ambiente apresentada pelos estudos dos cientistas.
- C) Os prognósticos dados pelos cientistas que preveem um futuro sombrio para a terra.
- D) As denúncias de crimes ambientais feitas pelas ONGs que trabalham com este tema.

03. A forma ortográfica da palavra que preenche o espaço vazio 1, no texto 01, é:

- A) desaparecer
- B) dezaparecer
- C) desaparecer
- D) dezapareser

04. Sobre o uso das vírgulas no trecho “A ideia de um fim, de termo absoluto, do mundo em que vivemos é de tal forma fantástica que, talvez por isso, a tratemos com algum descrédito” é correto afirmar (conforme preceitua a gramática normativa) que:

- A) Podemos apagar a segunda vírgula, sem alterar a primeira.
- B) Podemos apagar a primeira vírgula, mas somente se também apagarmos a segunda.
- C) Podemos apagar a quarta vírgula, se também apagarmos a terceira.
- D) Não podemos apagar nenhuma das vírgulas presentes no texto sem que desobedeçamos as regras da gramática normativa.

Texto 02



<http://3.bp.blogspot.com/-g-hHaAyDp8o/UD4hsNSm4GI/AAAAAAAAAdQ/Y8j1hA4FDsQ/s1600/aquecime nto+qlobal+9.jpg>

05. A charge acima mostra a figura do ex-presidente norte-americano Goerge W. Bush. A partir da observação da imagem, podemos concluir que a crítica feita pelo chargista é a de que:

- A) O ex-presidente se nega a reconhecer os perigos do aquecimento global, mesmo quando estes estão evidentes.
- B) O aquecimento global atinge primeiro os mais pobres e, por isso, não representa ameaça ao ex-presidente norte-americano.
- C) Os países ricos, como os Estados Unidos, estão melhor preparados para enfrentar os problemas gerados pelo aquecimento global que os países mais pobres.
- D) O povo norte-americano pode se adaptar às mudanças geradas pelo aquecimento global, e não se importa com o que acontecer com aqueles que não tiverem a mesma possibilidade.

06. Um objetivo que os dois textos (Texto 01 e Texto 02) compartilham é o de:

- A) Alertar para os riscos de uma inundação causada pelo derretimento das calotas polares.
- B) Demonstrar que catástrofes naturais podem acabar com a vida na terra.
- C) Demonstrar como o desenvolvimento dos Estados Unidos tem afetado a natureza em todo o mundo.
- D) Alertar sobre o risco que o planeta corre se os homens que governam o mundo não se conscientizarem da necessidade de preservação ambiental.

07. O termo “próximo” pode ser utilizado em língua portuguesa em várias classes de palavras diferentes. No caso do texto 02, esta palavra foi utilizada como:

- A) Adjetivo
- B) Advérbio
- C) Substantivo
- D) Conjunção

08. Na expressão “Aquecimento Global”, tal como utilizada no texto 02, as classes de palavras às quais pertencem os dois termos são, respectivamente:

- A) Adjetivo e verbo
- B) Substantivo e adjetivo
- C) Sujeito e predicado
- D) Verbo e substantivo

Texto 03

Nuvem escura sobre a COP 22

Governantes de diversos países que se reuniram na semana passada na Conferência do Clima da ONU (COP 22), no Marrocos, se viram forçados a gastar boa parte do tempo em debates sobre uma ameaçadora nuvem escura que pairou sobre suas cabeças. A tal nuvem tem nome e sobrenome: Donald Trump, presidente eleito dos EUA, que _____¹(insistir) em afirmar que não honrará o Acordo de Paris assinado por Barack Obama e mais 194 líderes mundiais visando ____² redução de poluentes – o objetivo é manter o aquecimento global abaixo dos dois graus centígrados. Os EUA são a segunda nação mais poluidora do mundo, atrás apenas da China, mas Trump diz que o aquecimento da Terra é manobra do governo chinês para que os americanos desacelerem a sua indústria. É inegável a importância do Acordo de Paris, e prova disso é que o presidente da França, François Hollande, marcou presença com um discurso duro e intransigente em relação ao cumprimento, por parte dos EUA, de todos os compromissos assumidos anteriormente. “Uma promessa de esperança não pode ser traída, ela tem de ser cumprida. Aqui em Marrakesh nós somos os guardiões da letra e do espírito do Acordo de Paris”, disse ele. Segundo Hollande, “aquilo que nos une”, independentemente de diferenças religiosas, convicções políticas e patamares de desenvolvimento social e econômico, é “termos em comum a salvação de nosso planeta”. Outro líder que se destacou foi o secretário de Estado americano, John Kerry, ainda que prestes a deixar o cargo: “Não posso falar pelo próximo governo, mas garanto que os americanos apoiam o Acordo de Paris de forma majoritária”. Na quinta-feira 17, pelo menos 360 empresas nos EUA fizeram uma carta ao Congresso exigindo a redução de poluentes. Como se vê, o que não faltam são tentativas de fazer o acordo andar, mas a nuvem pesada segue escurecendo o caminho.

<http://istoe.com.br/nuvem-escura-sobre-cop-22/>

09. De acordo com o texto 03, o objetivo de Donald Trump ao não cumprir o Acordo de Paris, assinado por Barack Obama, é o de:

- A) Manter o aquecimento global abaixo dos dois graus centígrados.
- B) Superar a China, como nação mais poluidora do mundo.
- C) Evitar uma possível desaceleração indústria norteamericana.
- D) Demonstrar que as decisões do governo anterior foram irresponsáveis.

10. Sobre a expressão “Nuvem escura”, no texto 03, podemos afirmar que:

- I. É usada no sentido figurado.
- II. Retoma o referente “Donald Trump”.
- III. São um forte indício de que vai chover.

- A) Apenas I está correto.
- B) Apenas I e II estão corretos.
- C) Apenas I e III estão corretos.
- D) Todas estão corretas.

11. Ainda conforme o texto 03, a COP 22 ocorreu:

- A) Em Paris
- B) Nos EUA
- C) Na Holanda
- D) Em Marrakesh

12. A forma conjugada do verbo insistir que deve ser utilizada no espaço 1, do texto 03, para manter a coerência do texto, bem como a regência e a concordância verbal é:

- A) Insistiram
- B) Insistirão
- C) Insiste
- D) Insistirá

13. No trecho “Os EUA são a segunda nação mais poluidora do mundo, atrás apenas da China, mas Trump diz que o aquecimento da Terra é manobra do governo chinês para que os americanos desacelerem a sua indústria. (_____) É inegável a importância do Acordo de Paris, e prova disso é que o presidente da França, François Hollande, marcou presença com um discurso duro e intransigente em relação ao cumprimento, por parte dos EUA, de todos os compromissos assumidos anteriormente.” Do texto 03, as duas orações estão separadas por ponto. Se quiséssemos uni-las, acrescentando uma conjunção, a única cujo sentido se adequaria à relação entre as duas orações seria:

- A) Portanto
- B) Por isso
- C) Entretanto
- D) Já que

14. Já no espaço vazio 2, a forma que deve completar o espaço vazio, também mantendo a coerência do texto, bem como a regência e a concordância verbal é:

- A) á
- B) a
- C) há
- D) à

RACÍOCÍNIO LÓGICO

15. Considerando a sequência

$$\begin{cases} f_1 = 1 \\ f_2 = 1 \\ f_n = f_{n-1} + f_{n-2} \forall n \geq 3 \end{cases}$$

Calcule a soma do quinto termo com o sétimo termo.

- A) 2
- B) 3
- C) 11
- D) 18

16. Considerando os conjuntos

$$\begin{aligned} A &= \{3, 7, 11\} \\ B &= \{3, 9, 13\} \\ C &= \{3, 11, 12\} \end{aligned}$$

Calcule $(A \cap B) \cup C$.

- A) {3}
- B) C
- C) A
- D) $A \cap B$

17. Acerca dos princípios de raciocínio lógico, analise as seguintes afirmativas:

- I. O **princípio da identidade** indica que uma proposição verdadeira é verdadeira e que uma proposição falsa é falsa.
- II. O **princípio da não contradição** indica que nenhuma proposição poderá ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- III. O **princípio do terceiro excluído** indica que uma proposição poderá assumir um terceiro valor lógico.

Analisando as afirmativas acima, marque a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa I está correta.

18. Em uma sala de 50 estudantes musicais, 18 cantam, 26 tocam instrumentos e 2, tanto cantam como tocam instrumento. De acordo com essas informações, determine quantos, desses estudantes, nem cantam e nem tocam instrumento.

- A) 1
- B) 2
- C) 4
- D) 8

19. Calcule a soma dos números pares existentes no conjunto abaixo.

$$A = \{x \in \mathbb{Z} \mid 1 \leq x < 10\}$$

- A) 6
- B) 7
- C) 10
- D) 20

20. Das sentenças abaixo, marque aquela que não é uma proposição.

- A) Gustavo é médio.
- B) Que é maior que 21.
- C) Você foi fazer a prova?
- D) O Brasil é um país continental.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Um dos aspectos da soberania do Estado é o do seu poder especial de penetrar nos patrimônios dos particulares, exigindo-lhes contribuições derivadas e compulsórias. Este poder é representado pelo poder de criar tributos, de estabelecer proibições tributárias, isto é, de emanar normas jurídicas tributárias. O poder fiscal é inerente ao próprio Estado, que advém de sua soberania política, consistente na faculdade do estabelecer tributos, de exigir contribuições compulsórias, a fim de poder atender às necessidades públicas. Vulgarmente expressa-se como "Fisco" o poder de exigir tributos do Estado. O Direito Tributário regula principalmente as relações jurídicas entre o "Fisco", como sujeito ativo, e o Contribuinte, ou terceiros, como sujeitos passivos; regula a cobrança e a fiscalização dos tributos. Sobre os princípios basilares do Direito Tributário, marque o item INCORRETO:

- A) O Princípio da Anterioridade diz que nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro, sem que a lei que o instituiu ou aumentou tenha sido publicada; a Constituição Federal veda expressamente a cobrança do tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, III, b).
- B) O Princípio da irretroatividade versa que a lei tributária só vale em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- C) O Princípio da Capacidade Contributiva diz que o tributo deve ser razoável, não podendo ser tão oneroso que chegue a representar um verdadeiro confisco.
- D) O Princípio da legalidade garante que nenhum tributo será instituído, nem aumentado, a não ser através de lei.

22. Basicamente, quando falamos em polícia administrativa, estamos abordando a questão da fiscalização desempenhada pela Administração Pública. Acima, vimos que no âmbito municipal, em regra, a polícia administrativa é desempenhada voltada a algumas áreas de atuação que, resumidamente, estará prevista em algumas leis como, exceto:

- A) Código de Obras e Edificações
- B) Legislação Sanitária
- C) Plano Diretor Municipal
- D) Código Civil

23. É um tributo cobrado pelo município devido ao exercício do seu poder de polícia e a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível. Qualquer pessoa que necessita da permissão do município para alguma ação, ou sofre controle dos seus atos e fatos ou utiliza os serviços prestados pelo município deve pagar. São aplicadas na manutenção dos serviços prestados e na fiscalização e controle das atividades permitidas. Estamos falando de:

- A) Taxas
- B) Contribuições
- C) Contribuições de Melhoria
- D) ISSQN

24. Sobre os casos de não-incidências e isenção em relação ao ITBI, analise os itens a seguir:

- I. O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital
- II. O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil
- III. Todo tipo de isenção, subsídios, redução e anistia de impostos instituídos deverão ser feitos, sempre, através de Lei editada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, de acordo com o §6º do Art. 150 da CF/88
- IV. No caso do "Inter Vivos", a Lei deverá ser editada pelo próprio Município, que deverá, além de isentar, subsidiar, reduzir ou anistiar o contribuinte, justificar o porquê o faz, sob pena de responsabilização pela Lei de Crimes Fiscais e pela Lei de Responsabilidade Fiscal

Analisados os itens é correto afirmar que:

- A) Temos dois itens corretos e dois incorretos.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Todos os itens estão incorretos.
- D) Temos três itens corretos e um incorreto.

25. A base do Direito Tributário é o Tributo, que é assim definido: É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, art. 3º). Em relação às funções do Tributo, analise os itens abaixo:

- I. Fiscal, quando seu principal objetivo é a arrecadação de recursos financeiros para o Estado.
- II. Extrafiscal, quando seu objetivo principal é a interferência do domínio econômico, buscando um efeito diverso da simples arrecadação de recursos financeiros.
- III. Parafiscal, quando seu objetivo é a arrecadação de recursos para o custeio de atividades que, em princípio, não integram funções próprias do Estado, mas este as desenvolve através de entidades específicas.
- IV. Os impostos parafiscais são também conhecidos como impostos estratégicos, porque influenciam a estabilidade econômico-financeira do Estado. Diante da relevância que assumem, podem ter suas alíquotas alteradas mediante Decreto Executivo (ou Presidencial).

Analisados os itens, é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item III está incorreto.
- D) Apenas o item IV está incorreto.

26. Aliomar Baleeiro sempre sustentou ser o IPTU um imposto velho na competência dos Municípios brasileiros, pois, com o nome de “décima urbana”, tributava imóveis edificados. Seu surgimento é datado de 19 de maio de 1799, quando a Rainha D. Maria, desejando um empréstimo, recomendou ao Governador da Bahia que instituisse o estabelecimento de décimas nas casas das cidades marítimas. Em geral, é um dos poucos tributos pagos sem maiores questionamentos pelos contribuintes, tendo em vista a aceitação do contribuinte na tributação do fato gerador escolhido: a propriedade imobiliária. Sobre o IPTU, atribua V para Verdadeiro e F para Falso nos itens abaixo:

- I. Seu fato gerador está previsto no artigo 156, inciso I, da Constituição de 1988, e é mais bem explicitado no artigo 32 do Código Tributário Nacional (CTN): é a propriedade, o domínio útil e a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido no Código Civil, situado na zona urbana do Município, desde que servido por, no mínimo, dois dos melhoramentos arrolados no § 1 daquele dispositivo.
- II. O artigo 33 do CTN estabelece que a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, considerando-se o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade. O valor venal de um imóvel é o preço de venda, levando-se em consideração o terreno acrescido de suas edificações, estimado por critérios técnicos prescritos em lei municipal. É o valor real do imóvel, aquele que o imóvel alcançará para compra e venda à vista, conforme as condições usuais do mercado imobiliário.
- III. Em relação ao sujeito passivo, o lançamento do IPTU deverá ser feito individualmente contra o proprietário, ou contra o titular de domínio útil, ou ainda, contra o possuidor (posseiro) do imóvel.
- IV. O sujeito ativo é o município (art. 156, I, da CF c/c art. 32 do CTN).

Analisados os itens, é correto afirmar que:

- A) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

27. Ainda em relação a Prestação de Serviços, constituem fato gerador do imposto, entre outros tantos, os serviços elencados abaixo, com exceção de:

- A) Aerofotogrametria.
- B) Serviços de Beneficiamento de Produtos.
- C) Incineração de resíduos de qualquer natureza.
- D) Adestramento de animais.

28. A capacidade tributária estatal é influenciada pelos princípios constitucionais pátrios, entendidos como instrumentos de proteção do cidadão frente a possíveis abusos confiscatórios do Estado. Esse entendimento tem o respaldo de José Afonso da Silva, para quem: “o sistema tributário nacional subordina-se a vários princípios que configuram garantias constitucionais dos contribuintes, conforme reconhece o artigo 150, sem prejuízo de outras, e, em contrapartida, constituem limitações ao poder de tributar”. Em relação ao tema, marque o item INCORRETO:

- A) Quem tem o poder de instituir tributo, também tem poder para cobrá-lo. Entretanto, ao contrário da competência, a capacidade tributária ativa pode ser delegada a terceira pessoa. De acordo com o art. 7º, do CTN, as funções de arrecadação, fiscalização, ou execução de leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, podem ser delegadas a outra pessoa jurídica de direito público.
- B) Em Direito tributário, capacidade tributária é a aptidão para figurar no pólo ativo (direito de cobrar, sendo portanto sujeito ativo) ou passivo (dever de pagar, sendo portanto sujeito passivo) da obrigação tributária. A depender do pólo ocupado, nos referimos a ela como “capacidade tributária ativa”, ou “capacidade tributária passiva”.
- C) A capacidade tributária passiva alcança todas as pessoas sujeitas à incidência tributária em razão de sua atividade ou situação. Esta capacidade depende da capacidade civil.
- D) Podem ser sujeitos passivos do tributo: templos de qualquer culto; partidos políticos, inclusive suas fundações; entidades sindicais dos trabalhadores; Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

29. Sobre as diversões públicas, analise os itens abaixo e atribua V para Verdadeiro e F para Falso:

()	Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença do Município.
()	Os programas anunciados deverão ser executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se fora da hora marcada.
()	Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público não dependem, para sua realização, de prévia licença do Município.
()	Os circos e parques de diversões somente poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados pela autoridade competente do Município.

A sequência correta é:

- A) V V V V
- B) V V F V
- C) F V V V
- D) F V F V

30. Imperioso recordar que tributo é uma prestação pecuniária, compulsória, prevista em lei, mediante a qual o Estado impõe aos contribuintes o dever de arcar com os gastos públicos. Os tributos recebem classificação específica no que tange à existência de contraprestação estatal, sendo classificados como vinculados e não vinculados. A Contribuição de Melhoria é um tributo vinculado. Sobre essa Contribuição e sua finalidade, marque o item CORRETO:

- A) A finalidade é a transferência ao Estado da valorização imobiliária decorrente de obra pública.
 B) A finalidade é a devolução ao Estado de valores gastos em obras públicas que trazem benefícios a particulares, trazendo assim justiça social.
 C) A finalidade é inibir a especulação imobiliária.
 D) A finalidade é evitar o enriquecimento ilícito de agentes do Estado.

31. O poder de polícia corresponde à “atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-se aos interesses coletivos”; e em sentido estrito (atos do executivo), abrange as intervenções do Poder Executivo, destinadas a alcançar fim de prevenir e obstar ao desenvolvimento de atividades particulares contrastantes com os interesses sociais. Sendo que o sentido estrito é responsável pelo poder de polícia administrativo. Desta forma, o poder de polícia administrativo tem intervenções genéricas ou específicas do Poder Executivo, destinadas a alcançar o mesmo fim de interferir nas atividades de particulares tendo em vista os interesses sociais. Em relação ao tema, utilize nos itens abaixo, V para Verdadeiro e F para Falso:

()	A sua finalidade é a proteção ao interesse público no seu sentido mais amplo. Nesse interesse superior da comunidade entram não só os valores materiais, como também o patrimônio moral e espiritual do povo, expresso do poder de polícia da Administração para a contenção de atividades particulares anti-sociais ou prejudiciais à segurança nacional.
()	Temos a atuação da polícia administrativa municipal nas seguintes áreas: construções, sanitária, logradouros públicos, pesos e medidas, meio ambiente, atividades urbanas, costumes, mortuária, entre outras.
()	Como exemplo mais presente do exercício do poder de polícia no município, hoje, temos o chamado “Código de Posturas” que é uma lei que regula inúmeros aspectos da vida nas cidades.
()	Das garantias individuais, referidas na Constituição Federal de 1988, citamos o direito à propriedade como um dos que não sofrem nenhuma restrição diante do poder de polícia municipal.

A sequência correta é:

- A) V F F V
 B) F V V V
 C) V V V F
 D) F V F V

32. Em relação às garantias e privilégios do crédito tributário, falando de Preferência, é INCORRETO dizer que:

- A) É o pagamento prioritário de um crédito em desfavor daqueles que com eles concorrem.
 B) O crédito tributário prevalece sobre todos os demais créditos.
 C) Na ordem de preferência para recebimento de créditos tributários pelas pessoas jurídicas de direito público, em primeiro lugar estão os créditos da União e INSS, conjuntamente e “pro rata”, e depois as demais Autarquias Federais.
 D) A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

33. As Contribuições de Melhoria estão disciplinadas no Art. 81 e seguintes do CTN. É um tipo de tributo vinculado, que tem por hipótese de incidência uma atuação estatal indiretamente referida ao contribuinte. Essa atuação é uma obra pública que causa valorização imobiliária, isto é, aumenta o valor de mercado de imóveis localizados em suas imediações. A atuação estatal (realização de obra pública) que torna vinculado este tipo de tributo é apenas indiretamente referida ao contribuinte, posto que é a valorização imobiliária que justifica sua cobrança. Em outras palavras, não é a mera realização de uma obra pública que vai determinar a cobrança da exação, mas tão somente a realização de obra pública que tem como consequência a VALORIZAÇÃO. Analise os itens abaixo sobre a observância de requisitos mínimos:

- I. Publicação prévia do memorial descritivo do projeto da obra pública, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, delimitação da zona beneficiada e determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- II. Fixação de prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no item anterior.
- III. Regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial
- IV. Vale ressaltar que é certo a conclusão da obra como condição para a cobrança da contribuição de melhoria e isto decorre não apenas de interpretações doutrinárias e sim de Leis.

Analizados os itens é correto afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
 B) Apenas o item II está incorreto.
 C) Apenas o item III está incorreto.
 D) Apenas o item IV está incorreto.

34. O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI) é um imposto brasileiro, de competência municipal, ou seja, somente os municípios têm o poder de instituí-lo, conforme artigo número 156, inciso II, da Constituição Federal. Sobre o fato gerador do Imposto, marque o item INCORRETO:

- A) Transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis.
- B) Quando há a transmissão a qualquer título de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
- C) Quando há a cessão de direitos relativos às transmissões acima mencionadas.
- D) O fato gerador é a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis, em qualquer circunstância.

35. Em relação a Prestação de Serviços e o imposto que incidirá sobre a mesma, analise os itens abaixo:

- I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a efetiva prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo.
- II. A incidência do tributo e sua cobrança independe da existência de estabelecimento fixo.
- III. A incidência do tributo e a sua cobrança independe do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao exercício da atividade, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- IV. A incidência do tributo e a sua cobrança é exigível com o efetivo pagamento do preço dos serviços no mesmo mês ou no mesmo exercício.

Analisados os itens, é correto afirmar que:

- A) Apenas o item IV está incorreto.
- B) Apenas o item III está incorreto.
- C) Apenas o item II está incorreto.
- D) Apenas o item I está incorreto.

36. A Lei Complementar N.º 370, de 24 de setembro de 2002, instituiu o Código de Obras e Edificações de Nova Gama – Go. Sobre essa normatização do poder de polícia municipal no aspecto do controle de obras e edificações, marque o item INCORRETO:

- A) Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com este Código, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos no Plano Diretor do Município, de conformidade com o § 1º do art. 182 da Constituição Federal.
- B) O Município deverá elaborar legislação específica para as edificações localizadas em Áreas de Interesse Social.
- C) As obras de construção ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas neste Código e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.
- D) Estarão isentas da responsabilidade técnica as edificações de interesse social, com até 100 m² (cem metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional.

37. A higiene pública é o meio utilizado pelo Poder Público para preservação da saúde da coletividade, segundo Meirelles apud Bernardi (2012). Realiza-se pela imposição de medidas coercitivas e instrução constante dos indivíduos, visando a inculcar-lhes hábitos e conhecimentos com que possam proteger a própria saúde e a dos outros. Também é amparado por um sistema de fiscalização, que compreende, exceto:

- A) Higiene das vias públicas.
- B) Higiene dos hospitais, casas de saúde, pronto-socorro e maternidades.
- C) Controle de águas e eliminação de detritos.
- D) Higiene de Veículos e afins.

38. Em relação ao Trânsito Público, é CORRETO dizer que:

- A) Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa danificar as vias públicas.
- B) É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por meios, tais como carrinhos de criança ou paraplégicos e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.
- C) Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser colocada, no período noturno, sinalização vermelha, claramente visível e luminosa.
- D) O trânsito, de acordo com as Leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos motoristas, motociclistas e ciclistas.

39. Voltando ao tema do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Definida em Lei Municipal, zona urbana é considerada como tal, quando observado o requisito mínimo da existência de dois tipos de melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público (benfeitorias, obras ou melhoramentos que permitem que determinada área seja considerada como zona urbana). Marque o item onde só constam esses tipos de melhoramentos:

- A) Aterro sanitário e Posto de Saúde.
- B) Rede de escolas municipais e estaduais.
- C) Mercado Público e Central de Abastecimento.
- D) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e Sistema de Esgotos Sanitários.

40. Segundo o que é usualmente definido nas legislações municipais acerca do poder de polícia municipal que atua na área da polícia de costumes, da segurança e da ordem pública, é expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis, tais como, exceto:

- A) De sirenes de viaturas de corpo de bombeiros, ambulâncias, polícia e outras atividades estatais ou privadas, em serviço.
- B) De motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento.
- C) De propaganda realizada através de alto-falante, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem a prévia autorização do Município.
- D) De batuques, congadas e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.